



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 563363 - SP (2020/0045632-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : REUBI FERRAREZI SANTIAGO
ADVOGADO : REUBI FERRAREZI SANTIAGO - SP382625
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARIA FERNANDA MARTINS DE ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **MARIA FERNANDA MARTINS DE ALMEIDA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que a paciente teve sua prisão em flagrante convertida em preventiva pelo suposto cometimento do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Sobreveio sentença condenatória à pena de 5 anos de reclusão, em regime fechado, mais pagamento de 500 dias-multa, sendo-lhe negado o recurso em liberdade.

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante que a paciente faz jus à prisão domiciliar, nos termos dos arts. 318, III e V, e 318-A do Código de Processo Penal e do HC 143.641/SP, por ter 4 filhos com idade entre 4 e 12 anos que dependem de seus cuidados.

Requer, assim, a substituição da preventiva por prisão domiciliar.

Liminar indeferida (e-STJ, fls. 82).

Informações prestadas (e-STJ, fls. 86-88).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* ou pela denegação da ordem (e-STJ, fls. 92-96).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

O Juiz sentenciante negou à paciente a prisão domiciliar com base nos seguintes fundamentos:

"VISTOS. Flagrante formalmente em ordem, cujo auto foi lavrado segundo os preceitos da legislação processual vigente, inexistindo máculas procedimentais. Imputa-se à indiciada MARIA FERNANDA MARTINS DE ALMEIDA, qualificada no expediente, a prática do crime de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06) por ela cometido, em tese, nas circunstâncias de tempo e local mencionadas no auto de prisão em flagrante. Há início de prova da materialidade, consistente nos autos de exibição e apreensão (fls. 16/17) e de constatação provisória, positivo para entorpecentes (fls. 18/19), bem como suficientes indícios de autoria pelo quanto colhido no caderno

investigativo, baseado nos depoimentos dos agentes que atuaram na ocorrência, que destacaram estar em patrulhamento pela rotatória da Avenida Marginal, acesso à cidade de Artur Nogueira/SP, quando, por volta das 00h10 do dia 12/11/2019, se depararam com um veículo GM/Ônix, prata, placas FEA-3052 de Santa Bárbara D'Oeste/SP circulando pelo local. Em razão do horário e diante do emplacamento de cidade diversa, resolveram iluminar o interior desse veículo onde foi verificado que a passageira do banco dianteiro era a indiciada, pessoa já detida outrora por tráfico de drogas. No interior do veículo e com motorista, nada de ilícito foi encontrado. MARIA FERNANDA trazia em seu colo uma bolsa feminina, dentro da qual foi localizado um saco plástico preto que embalava 01 (um) tijolo de pasta-base de cocaína, pesando mais de 01kg, bem como no sutiã uma porção de cocaína (52g). Indagada, MARIA FERNANDA disse que havia ido buscar o entorpecente na cidade de Santa Bárbara D'Oeste/SP e que tal droga pertenceria à BRUNO, vulgo "Bruninho" e sua convivente ALICE. Interrogada em solo policial, MARIA FERNANDA MARTINS DE ALMEIDA, fez uso de seu direito de manter-se em silêncio (fls. 10). Presentes, ainda, os fundamentos ensejadores da custódia cautelar, nos termos do art. 312, caput, do CPP. Com efeito, a prisão cautelar tem por escopo impedir que o agente, solto, continue a delinquir, além de acautelar o meio social, garantindo a credibilidade da justiça, em crimes como o presente, que provocam um sentimento ignóbil na população. Desde que a permanência do indiciado em liberdade possa dar motivo à repercussão danosa no meio social ou comprometer a colheita da prova, cabe ao Juiz, preventivamente, manter a custódia como garantia da ordem pública, constituindo em verdadeira medida de segurança. Confirma-se: Habeas Corpus Tráfico de entorpecente Prisão em flagrante convertida em preventiva, indeferido, ao depois, pedido de liberdade provisória. Decisões que se sustentam Ausência de elementos a indicarem irregularidade na custódia Presunção relativa de veracidade do ato administrativo consubstanciado no flagrante não afastada Ocupação lícita não demonstrada Garantia da ordem pública e de aplicação da lei penal que se sobrepõe ao interesse individual Exegese dos arts. 312 e 313, I do CPP Precedentes Ordem denegada (TJSP; Habeas Corpus 2115481-84.2017.8.26.0000; Relator: Ivan Sartori; Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Criminal; Foro Central Criminal Barra Funda - 16ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 15/08/2017; Data de Registro: 21/08/2017). Justifica-se a não imposição de medidas cautelares, garantia do próprio prestígio e segurança da atividade jurisdicional. Demais disso, é preciso que a Justiça encontre resposta legal, pronta e eficaz, para evitar que se propague a criminalidade desta natureza, cada dia mais corriqueira em cada canto do país. A aplicação de outras medidas cautelares (art. 319, do CPP), por ora, sem a viabilização de mecanismos efetivos de operacionalização e fiscalização, gerariam verdadeiro descrédito ao Poder Judiciário e sensação de impunidade, além do crime não comportar. Ademais, trata-se de crime assemelhado a hediondo, apenado com elevada pena de reclusão, a ser cumprida em regime prisional mais gravoso, sem espaço para a concessão de benefícios alternativos. Por fim, na esteira dos artigos 282, II e §6º, do CPP, entendo que a prisão preventiva se mostra necessária, porque, em avaliação judicial concreta e razoável, devidamente motivada, outras consideram-se insuficientes para produzir o mesmo resultado prático. Primariedade e ausência de antecedentes conhecidos, por si só, não são pressupostos que, necessariamente, levam ao desencarceramento em qualquer espécie delitiva, devendo ser analisado o tipo penal e as circunstâncias fáticas do caso, salientando que a averiguada, atento a quantidade e natureza de drogas (1.320 kg de pasta base de cocaína), assim como ao eventual envolvimento pretérito – já havia sido abordada três semanas antes, pode vir a não ser conceituada como "pequena traficante", afastando-se, conseqüentemente, a figura privilegiada prevista no art. 33, §4º, da Lei de Drogas. Por fim, entendo não ser o caso de aplicação do artigo 318, V e art. 318-A, caput, ambos do CPP, assim como do entendimento externado no habeas corpus coletivo nº 143.641/SP do C. STF, na medida em que, segundo consta, a averiguada está inserida em atividade criminosa. Ademais, apesar de constar nas informações sobre sua vida pregressa de que "cuida dos filhos" –

certidões de nascimento às fls. 45/48, importante lembrar que em pleno dia de semana, deixou-os em casa, a noite, para transportar drogas, quando deveria estar ao lado deles, fiscalizando, inclusive, suas rotinas e o aproveitamento escolar. Outrossim, em audiência de custódia disse que para sair de casa, deixou seus filhos com seu marido, com quem convive sob o mesmo teto, denotando haver quem, dentro do próprio seio familiar, se disponibilize a cuidar dos infantes. Ademais, nossos Tribunais, inclusive os Superiores, já vem se posicionando pela não aplicação, irrestrita, da prisão domiciliar de mulheres que contam com filhos sob seus cuidados, mutatis mutandis: Habeas Corpus. Tráfico de entorpecentes. Paciente genitora de filho menor de 12 anos. Indícios de realização da traficância de modo organizado e profissional pela paciente e comparsa. Situação que expõe o infante a condição degradante e perniciosa. Excepcionalidade à prisão domiciliar permitida pela lei processual e ressalvada na decisão proferida em "habeas corpus" coletivo. Ordem denegada. (TJSP; Habeas Corpus Criminal 2157287-31.2019.8.26.0000; Relator (a): Francisco Bruno; Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Carapicuíba - 1ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 26/09/2019; Data de Registro: 01/10/2019) Habeas corpus-Tráfico de drogas-Prisão preventiva – Revogação – Descabimento – Circunstância da prisão que não autoriza a revogação do decreto preventivo – Envolvimento de adolescente na empreitada- Prisão domiciliar - Paciente que possui filhos menores de doze anos – Não comprovada imprescindibilidade dos cuidados da genitora em relação aos filhos - Constrangimento ilegal não evidenciado – Ordem Denegada. (TJSP; Habeas Corpus Criminal 2205443-50.2019.8.26.0000; Relator (a): Silmar Fernandes; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Fernandópolis - 2ª Vara Criminal; Data do Julgamento: 04/10/2019; Data de Registro: 04/10/2019) Habeas corpus – Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Associação para o Tráfico – Concessão da liberdade provisória por ausência de fundamentação ou concessão de prisão domiciliar para cuidar de filhos menores de 12 anos – Impossibilidade – Presentes os requisitos do art. 312, do CPP – Menores se encontram aos cuidados de terceiro, além do delito ter sido cometido no lugar em que estes residiam com sua genitora – Prisão preventiva mantida – Ordem denegada. (TJSP; Habeas Corpus Criminal 2114940-80.2019.8.26.0000; Relator (a): Sérgio Ribas; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Cesário Lange - Vara Única; Data do Julgamento: 27/06/2019; Data de Registro: 27/06/2019) Posto isto, na esteira da manifestação ministerial retro, com fundamento no art. 310, II, do Código de Processo Penal, CONVERTO a prisão flagrancial da indiciada MARIA FERNANDA MARTINS DE ALMEIDA, em prisão preventiva, vedando-lhe a substituição por outra medida cautelar (art. 319), pelas razões acima alvitradas. Expeça-se mandado de prisão" (e-STJ, fls. 26-29).

Consta, ainda, do acórdão impugnado:

"Melhor sorte não assiste à impetrante no que diz respeito ao pedido de conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar.

A defesa alega que a paciente é mãe de quatro filhos que dependem integralmente de seus cuidados, contudo, como pontuei no despacho que indeferiu a liminar, observa-se que os menores não estão desassistidos, pois, de acordo com o que consta dos autos, o genitor cuida das crianças diariamente para que a paciente possa trabalhar, conforme relatado pela defesa.

Além disso, cumpre salientar que as disposições existentes acerca da substituição, previstas especialmente no novo artigo 318-A do Código de Processo Penal, não devem ser interpretadas de maneira incontornável, cabendo analisar as situações existentes em cada caso concreto, como demonstram os precedentes das Cortes Superiores.

No julgamento do Habeas Corpus 143.641/SP, no C. STF, se fez constar ressalva expressa, a fim de permitir a avaliação de casos específicos em que patenteada, excepcionalmente, a inviabilidade de se conceder a benesse. Assim, pela aludida decisão da Suprema Corte, houve a concessão da ordem para se

“determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 11.146/2015), relacionadas neste processo pelo DEPEN e outras autoridades estaduais, enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício” (HC 143641/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 20/02/2018).

E, de fato, verifica-se que peculiaridades existem, nesta hipótese concreta, que autorizam a denegação da ordem.

Não obstante a paciente alegue ter quatro filhos, com idades entre 4 e 12 anos, é forçoso reconhecer que o presente caso concreto se insere entre as “situações excepcionalíssimas” previstas na decisão proferida pelo C. STF no HC nº 143.641, as quais impedem a concessão de prisão domiciliar.

[...]

Na hipótese contida nos presentes autos, trata-se de ré que portava elevada quantidade de entorpecente e que já havia sido detida outrora por tráfico de drogas, como consta do já citado boletim de ocorrência, indicando profundo envolvimento com a traficância.

Em caso como o presente, é necessário cautela, pois a concessão de prisão domiciliar poderia representar benesse manifestamente indevida, premiando pessoa que, sem revelar nenhuma preocupação com a prole, insiste na vida criminosa, e poderia expor as crianças a seus efeitos deletérios.

Assim, no caso concreto, existem peculiaridades “excepcionalíssimas” que justificam a denegação do pedido.

Aliás, quanto a isto, repita-se como constou expressamente da decisão de primeiro grau:

“Os indícios trazidos não permitem concluir que ela se afastará do meio criminoso caso obtenha a liberdade, notadamente quando não tem ocupação lícita demonstrada nos autos. Ademais, a soltura no presente momento formaria verdadeiro incentivo à impunidade, aumentando consideravelmente a chance de reincidência, para obtenção de lucro fácil na mercancia de entorpecente. Portanto, não obstante a orientação do Supremo Tribunal Federal no sentido de que seja concedida a prisão domiciliar a indiciadas que possuam filhos menores, parece claro estar presente situação excepcionalíssima, que justifica a conversão da prisão em flagrante em preventiva” (fls. 23).

Aduz o impetrante, ainda, que a paciente é primária, com bons antecedentes e residência fixa, além de ocupação lícita. Contudo, isto não significa, por si só, que a paciente possa ser colocada em liberdade, de acordo com jurisprudência pacífica sobre o tema:

[...]

Assim, observa-se que está correta a imposição da medida prisional, a qual permanece necessária, visto que efetivamente presentes os requisitos para a prisão preventiva.

Ante o exposto, conhece-se da impetração em favor do(a) paciente MARIA FERNANDA MARTINS DE ALMEIDA, e denega-se a ordem.

Com o advento da Lei n. 13.257/2016, o art. 318 do Código de Processo Penal passou a permitir ao juiz a substituição da prisão cautelar pela domiciliar quando o agente for “mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos”.

Em 20/2/2018, nos autos do HC 143.641/SP, rel. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, A SEGUNDA TURMA do Supremo Tribunal Federal concedeu *habeas corpus* coletivo para:

“[...] determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar - sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP - de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de

crianças e deficientes, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei n. 13.146/2015), relacionadas neste processo pelo DEPEN e outras autoridades estaduais, enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício".

Posteriormente, em 20/12/2018, foi publicada a Lei n. 13.769, que incluiu os arts. 318-A e 318-B ao Código de Processo Penal, com a seguinte redação:

"Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:

I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

Art. 318-B. A substituição de que tratam os arts. 318 e 318-A poderá ser efetuada sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 deste Código."

No caso, as instâncias antecedentes deixaram de substituir a preventiva por prisão domiciliar, por entenderem que a gravidade concreta do delito (apreensão de 1,320 kg de pasta-base de cocaína) e o risco de reiteração delitiva da paciente amoldam-se à situação excepcionalíssima descrita no HC 143.641/SP. Consignaram, ainda, que as crianças não estão desamparadas, pois estão sob os cuidados do pai.

Com efeito, apesar de ser grave a conduta supostamente praticada, o que justifica a segregação cautelar, em cumprimento à determinação do Supremo Tribunal Federal e ao disposto no art. 318-A do CPP, tem-se a hipótese de colocação da paciente em regime domiciliar, dada a necessidade de observância à doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente.

Segundo se infere, a paciente foi denunciada por delito perpetrado sem violência ou grave ameaça - tráfico de drogas - e possui quatro filhos com idade entre 4 e 12 anos. Embora registre outro processo também pelo delito de tráfico de drogas, tal fator não está dentre as hipóteses legais que impedem a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.

A seguir os julgados que respaldam esse entendimento, inclusive em caso de reincidência:

"*HABEAS CORPUS* IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NÃO CONHECIMENTO. ANÁLISE DO MÉRITO. PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA E REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRISÃO DOMICILIAR. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO. PACIENTE COM FILHOS MENORES DE 12 ANOS, INCLUINDO UM RECÊM NASCIDO. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS. PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA. PRIORIDADE. HC COLETIVO Nº 143.641/SP (STF). PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA FRATERNIDADE. LIMINAR DEFERIDA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O *habeas corpus* não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. No particular, a decisão que decretou a prisão preventiva da paciente faz referência às circunstâncias do caso concreto, enfatizando terem sido apreendidas diversas pedras de *crack* em sua residência, ressaltando, por fim, o fato de a acusada ser reincidente no crime em questão. Nesse contexto, não pode a decisão de 1º grau ser considerada nula por fundamentação inidônea.

3. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar Habeas Corpus coletivo n. 143.641/SP, de relatoria do Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, em 20/2/2018, concedeu comando geral para fins de cumprimento do art. 318, V,

do Código de Processo Penal, em sua redação atual. No ponto, a orientação da Suprema Corte é no sentido de substituição da prisão preventiva pela domiciliar de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 13.146/2015), salvo as seguintes situações: crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionabilíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício.

4. O art. 318-A do Código de Processo Penal, introduzido pela Lei n. 13.769/2018, estabelece um poder-dever para o juiz substituir a prisão preventiva por domiciliar de gestante, mãe de criança menor de 12 anos e mulher responsável por pessoa com deficiência, sempre que apresentada prova idônea do requisito estabelecido na norma (art. 318, parágrafo único), ressalvadas as exceções legais. Todavia, naquilo que a lei não regulou, o precedente da Suprema Corte (HC n. 143.641/SP) deve continuar sendo aplicado, pois uma interpretação restritiva da norma pode representar, em determinados casos, efetivo risco direto e indireto à criança ou ao deficiente, cuja proteção deve ser integral e prioritária.- Essa particular forma de parametrar a interpretação da lei (no caso, a prisão domiciliar) é a que mais se aproxima da Constituição Federal, que faz da cidadania e da dignidade da pessoa humana dois de seus fundamentos (incisos II e III do art. 3º). Mais: Constituição que tem por objetivos fundamentais erradicar a marginalização e construir uma sociedade livre, justa e solidária (incisos I e III do art. 3º). Tudo na perspectiva da construção do tipo ideal de sociedade que o preâmbulo de nossa Constituição caracteriza como "fraterna" (HC 94163, Relator Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma do STF, julgado em 02/12/2008, DJe-200 DIVULG 22-10-2009 PUBLIC 23-10-2009 EMENT VOL-02379-04 PP-00851). Precedentes do STF e do STJ.

5. Na hipótese dos autos, o crime, em tese, imputado à paciente (tráfico de drogas) não foi cometido com violência ou grave ameaça e ela comprova ser mãe de três crianças menores de 12 anos, incluindo um recém-nascido, o que preenche os requisitos objetivos insculpidos nos art. 318, V, 318-A e B do Código de Processo Penal. Ponderando-se os interesses envolvidos no caso concreto, revela-se adequada e proporcional a substituição da prisão pela domiciliar. Adequação legal, reforçada pela necessidade de preservação da integridade física e emocional dos infantes. Precedentes do STF e do STJ.

6. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida de ofício para, confirmando a medida liminar, substituir a prisão preventiva da paciente pela prisão domiciliar, sem prejuízo da imposição de outras medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal, a critério e sob acompanhamento do Juízo de primeiro grau." (HC 525.278/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/8/2019, DJe 10/9/2019)

"PROCESSO PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS E RESPECTIVA ASSOCIAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. INTELIGÊNCIA DO ART. 318, V, DO CPP. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL. RECURSO PROVIDO.

1. A nova redação do art. 318, V, do Código de Processo Penal, dada pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016), veio à lume com o fito de assegurar a máxima efetividade ao princípio constitucional da proteção integral à criança e adolescente, insculpido no art. 227 da Constituição Federal, bem como no feixe de diplomas normativos infraconstitucionais integrante de subsistema protetivo.

2. Quando a presença de mulher for imprescindível para os cuidados a filho menor de 12 (doze) anos de idade, cabe ao magistrado analisar acuradamente a possibilidade de substituição do carcer ad custodiam pela prisão domiciliar, legando a medida extrema às situações em que elementos concretos demonstrem claramente a insuficiência da inovação legislativa em foco.

3. *In casu*, muito embora o aresto combatido tenha destacado a gravidade

concreta dos fatos delituosos, cifrada na significativa quantidade de droga apreendida (550 gramas de *crack*), não me parece tratar-se de 'situação excepcionalíssima' a ponto de justificar a mitigação da decisão do Supremo Tribunal Federal no *habeas corpus* coletivo n.º 143.641/SP, valendo ressaltar que a recorrente é mãe de cinco filhos, três deles menores de 12 anos de idade (4, 9 e 11 anos) e, portanto, imprescindível aos cuidados dos menores - notadamente diante da informação de que o pai deles estaria preso -, sendo indiscutível a importância da presença materna para o bem estar físico e psicológico da criança, mormente quando em idade tenra.

4. Imperioso, pois, garantir o direito das crianças, mesmo que para tanto seja necessário afastar o poder de cautela processual à disposição da persecução penal, sendo aplicável o art. 318, V, do Código de Processo Penal de maneira a permitir que a paciente permaneça em prisão domiciliar a fim de garantir o cuidado de seus filhos menores.

5. Cumprimento do quanto determinado no julgamento do *habeas corpus* coletivo n.º 143.641/SP, pelo Supremo Tribunal Federal, no qual restou assentado o entendimento de que seja determinada a substituição da prisão preventiva pela domiciliar - sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP - de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, nos termos do art. 2.º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 13.146/2015), relacionadas neste processo pelo DEPEN e outras autoridades estatuais, enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus desdentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício. Extensão da ordem, de ofício, às demais mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e de pessoas com deficiência, bem assim às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação no território nacional, observadas as restrições previstas no parágrafo acima.

6. Recurso provido, confirmando a liminar outrora deferida, para substituir a custódia preventiva da recorrente pela domiciliar, nos termos do art. 318, V, do Código de Processo Penal, ficando a cargo do juízo singular a fiscalização e o estabelecimento de condições para o cumprimento do benefício, inclusive a fixação de outras medidas cautelares diversas da prisão, com a advertência de que a eventual desobediência das condições da custódia domiciliar tem o condão de ensejar o restabelecimento da constrição cautelar."

(RHC 90.943/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 27/3/2018)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Contudo, concedo a ordem, de ofício para substituir a segregação cautelar imposta à paciente pela custódia domiciliar, com a advertência de que a eventual desobediência das condições impostas pelo Juízo de origem importará o restabelecimento da prisão preventiva.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator